

## MARIA DE LURDES PINTASILGO



### “UM OLHAR DIFERENTE SOBRE AS COISAS”

*Maria de L. Pintasilgo nasceu em 1930. É licenciada pelo Instituto Superior Técnico. Foi Primeira Ministra, candidata à Presidência da República e deputada ao Parlamento Europeu, nas listas do PS.*

A vida política das mulheres não é em geral programada. É o resultado da convergência de factos diversos, aleatórios, que vão pontuando a existência. Quando, em 1987, Geraldine Ferraro convocou, em S. Francisco, o International Caucus of Women Political Leaders, verificou-se que a quase totalidade das mulheres presentes assumira funções políticas menos por uma ambição focalizada do que pela lógica dos traços especiais da sua história. Não sou excepção: a minha actividade política foi uma etapa num percurso variado mas não calculado.

Nasci num tempo em que a família alargada era o contexto em que se fazia a socialização. O relacionamento com avós, tios, primos, e não circunscrito, como hoje quase sempre acontece, ao binómio pai e mãe, era o ambiente normal da vida das crianças e dos adolescentes. Guardo memórias muito antigas de situações que envolviam a avó, tios, primos, crianças e jovens de várias idades. Este cruzamento de gerações abriu-me os horizontes para um círculo de pertença sempre diferenciado na sua composição. Teve repercussões ao longo da minha vida. Levou-me a "sentir" problemas e situações de que não tinha experiência directa mas que intuía. Durante o período escolar, esse "sentir" tornou-se numa grande tendência para assumir os problemas dos outros como meus - vivia-os intensamente e embrenhava-me neles. Mal eu sabia que viria a desempenhar funções políticas por causa desse desejo de aliviar os problemas dos outros!

A minha mãe acompanhava bastante a minha actividade escolar bem como a do meu irmão. Sou uma noctívaga, estudei sempre de noite, e a minha mãe não se deitava enquanto eu não me deitasse. Como habitualmente falávamos do que eu estava a estudar, tinha a oportunidade de socializar esse conhecimento, de trocar impressões. Da minha mãe veio-me um estímulo muito grande para uma actividade intelectual feita de persistência. Estou a lembrar, por exemplo, que no Liceu Filipa as melhores alunas costumavam receber um livro como prémio na disciplina em que tinham tido a melhor nota do seu ano. No primeiro ano, pela disciplina de francês, recebi um livro da Condessa de Segur, no original. Ora eu não sabia francês que chegasse para ler um livro! A minha mãe limitou-se a lembrar-me que os dicionários existiam

para essas situações ... A partir daí não me lembro de ter lido na tradução portuguesa um único livro de autor francês.

Desde muito cedo, na convivência com outras crianças e adolescentes pôs-se-me a interrogação: Será que as mulheres podem fazer o mesmo que os homens? Era óbvio, por aquilo que via no liceu, onde a maioria dos professores eram mulheres solteiras, que quando as mulheres exerciam uma actividade profissional, desempenhavam com sacrifício outros papéis importantes da sua vida. Sabia também que havia cursos e profissões em que as mulheres quase não estavam presentes. Comecei então (teria dez, onze anos) a desejar verificar se seria capaz de tirar o curso de engenharia. Essa interrogação não me levou só ao Técnico, nessa altura um reduto ainda esmagadoramente masculino mas incorporou-se à minha abordagem de todas as novas situações e de todas as tarefas que me foram propostas: será que a diferença entre os homens e as mulheres impede a igualdade de capacidade entre uns e outras? E será que a igualdade em todos os domínios permite a expressão de modos bem diversos de ser e de estar no mundo? Acabaria por dar resposta afirmativa a estas interrogações quando, por exemplo, na presidência da Comissão de Política Social relativa à Mulher (remota antepassada da actual CIDM) defini como objectivo da acção pelas mulheres a "paridade-na-diferenciação".

Ao longo da minha actividade escolar, fui chamada a funções de liderança. Costumava atribuir isso ao facto de ser uma boa aluna e de estar interessada em diversas actividades extra-escolares, tanto informais (a realização de festas e de actos culturais) como as que implicavam uma participação em grupos organizados (a Mocidade Portuguesa Feminina, a Acção Católica). Aí, a um nível modesto, cada um tinha já o seu grau de responsabilidade. A Acção Católica foi muito importante, porque funcionava segundo uma metodologia própria: "Ver, Julgar e Agir" ou seja, estar atenta às coisas e aos factos e analisá-los para ver o que era preciso fazer, e então fazê-lo. Isto dava a sensação de que a pessoa, para ser responsável, tinha obrigação de olhar à sua volta, para conhecer as coisas tais como eram. E de agir no sentido de ir ao encontro das pessoas que estavam numa situação difícil e a quem o cuidado dos outros podia ajudar. A minha família, embora se preocupasse com o facto de eu estar continuamente ocupada, não criticava estas actividades; antes parecia ter nelas um certo orgulho. Sem que disso fizesse uma teoria, a família estimulava a socialização e a partilha dos talentos e do tempo como uma dimensão importante da realização da vida.

No Técnico (como aliás já acontecera no liceu) encontrei um grupo de colegas que não fez senão alargar os meus interesses e preocupações. Era um grupo de excepcional qualidade intelectual, em que camaradagem, trabalho em

conjunto e solidariedade constituíam a trama da vida escolar. Talvez por isso estranhe bastante um certo tipo de competitividade, que muitas vezes encontro, hoje, nas pessoas. É que entre nós preservávamos sempre a convicção de que o outro era realmente melhor. Isso constituía um estímulo permanente. Foi uma etapa decisiva no valor do trabalho de equipa e na afirmação da importância de uma actividade intelectual sem fissuras nem cedências. Neste quadro também o que já era liderança no liceu, acentuou-se ainda mais. Para isso contribuiu o meu empenhamento na Juventude Universitária Católica. Coube-me ser a responsável nacional da organização de estudantes universitárias católicas. Todos os fins de semana tinha actividades com os diferentes círculos universitários do país. Além do aprofundamento da vida cristã, procurávamos entender as grandes questões sociais e as correntes filosóficas do tempo em que vivíamos; estudávamos a doutrina social da Igreja, o existencialismo, o marxismo. Desse tempo vem o meu interesse pela transformação das estruturas e das instituições, a par da mudança dos corações e das mentalidades.

Com estas experiências atrás de mim, iniciei a minha vida profissional. Depois de uma breve passagem pela investigação na Junta de Energia Nuclear, o meu verdadeiro baptismo profissional teve lugar na então maior empresa do país, a C.U.F., na primeira equipa de investigação e desenvolvimento que existiu na indústria portuguesa.

Logo quando fui para a indústria, no Barreiro, me apercebi da situação do operariado: o abandono, a miséria, o pouco que ganhavam, o grau de analfabetismo que era imenso. O Barreiro era um escoadouro da imigração rural do Alentejo. Alguns desses operários tinham depois a possibilidade de, dentro da empresa, aprender a ler e a escrever. Na indústria todo o ambiente, ainda no início da industrialização, era criado por homens, para homens. A dureza física, a poluição, os horários exigentes a cumprir escrupulosamente, o implacável rigor do processo técnico, obrigando a superar todas as dificuldades em tempo record, tudo isso marcava homens e mulheres. Mas como poderia eu não ver as condições de vida das operárias que trabalhavam na unidade têxtil da empresa? Via mulheres aparentemente já velhas e, depois de conversar com elas, percebia que tinham a minha idade - já tinham feito cinco, seis abortos, e traziam na cara a marca de uma vida feita de decisões impossíveis. Isso foi criando em mim, cada vez mais, o desejo de desenvolver uma actuação social que respondesse, na raiz, a problemas tão gritantes. Interrogava-me: por que é que quando o Conselho de Administração decidia um aumento de salário éramos todos aumentados da mesma percentagem? Não seria muito mais justo fazer incidir os aumentos sobre os mais carecidos? Para mim, isso foi o início das interrogações sobre o processo económico: o modo como este se servia das pessoas, o modo como a industrialização, que parecia uma

necessidade para o desenvolvimento do país, quando se olhava a médio prazo, era feita dum quotidiano de sacrifício para milhares de pessoas, da sua vida pessoal, das suas condições de relacionamento, de vida de família, etc.. Comecei então a questionar seriamente se não deveria dedicar-me, de forma mais radical, às questões sociais que me preocupavam.

Decidi interromper a minha actividade profissional, e, no quadro do movimento do Graal, realizar um trabalho social e cultural que, a meu ver, tocava ao mesmo tempo nas mentalidades e nas estruturas. Pretendíamos, por um lado, contribuir para a conscientização dos jovens na Universidade e, por outro, começar a realizar alguns projectos directamente com camadas sociais onde a necessidade de transformação mais se fazia sentir. Tinha também responsabilidades de nível internacional: a coordenação de equipas em vários continentes, sobretudo orientadas para o desenvolvimento social e para a promoção das mulheres enquanto motores da transformação da sociedade. A integrar todos estes aspectos havia a atenção à procura religiosa, exprimindo-se de forma inédita em cada cultura e sendo literalmente fermento de novas ideias e de novas realizações. Foi um trabalho fascinante que me pôs em contacto com gente de culturas muito variadas. Através da diversidade das experiências emergiam valores, interrogações, propostas que, enxertadas na minha própria vida, me deram a perspectiva social e cultural com que abordei as funções políticas.

### Fundação Cuidar o Futuro

Nunca me passou pela cabeça ter uma intervenção política, no sentido tradicional e clássico, durante o salazarismo. Mas considerei a chegada do Prof. Marcello Caetano à presidência do Conselho de Ministros, como uma séria hipótese de abertura política na sociedade portuguesa. Entretanto começara a Guerra Colonial. No fim dos anos 50 eu tinha sido presidente internacional do Movimento Internacional de Estudantes Católicos, estava ligada a movimentos católicos, e tinha uma grande convivência com os primeiros diplomados das universidades africanas. No ano em que Ghana se tornou independente, tive ocasião de ver o que era a expectativa dos negros. Tornou-se para mim cada vez mais evidente que Portugal não podia continuar a Guerra Colonial e que outro caminho deveria ser encontrado. O Prof. Marcello Caetano convidou-me para integrar a lista de deputados da Assembleia Nacional. O obstáculo intransponível que era para mim o regime de partido único levou-me a recusar. Já a Câmara Corporativa, para a qual fui convidada depois, se me afigurou algo de completamente diferente. É certo que era a primeira mulher a ter assento na Câmara Corporativa mas, a outro título, cheio de significado para mim, a minha presença na Câmara não era inédita: antes de mim, o Francisco Pereira de Moura, que vinha, como eu, de um certo catolicismo intelectual e social, tinha tido uma actuação independente e corajosa como procurador à Câmara Corporativa. E foi



assim que, nesse ano de 1969, aceitei o convite do Prof. Marcello Caetano. Posso dizer que a minha tarimba política foi feita ali. Foi lá que pela primeira vez me apercebi de como é que as coisas funcionam por dentro, das teias, cumplicidades e cedências do poder... Aprendi muito na Câmara Corporativa, não só em razão dos trabalhos concretos em que participei, mas sobretudo por aquilo que ouvia aos meus colegas, muitos dos quais ex-Ministros do regime. Ajudou-me a clarificar as minhas opções, em imensos aspectos contrárias às deles. Ao mesmo tempo, a minha participação na Câmara Corporativa serviu para salvaguardar outras actividades públicas de carácter não governamental, em que estava profundamente empenhada.

Entretanto, foi o 25 de Abril. A intervenção que tive logo a seguir apareceu-me como uma etapa lógica. Em menos de quatro horas tive de decidir se aceitava ou não integrar o Governo Provisório. Foi o meu grande amigo José Manuel Pinto Correia que acabou por me convencer a aceitar funções governativas com o argumento de que, para uma pessoa com as preocupações sociais que eu sempre manifestara, a atitude coerente era aceitar a oportunidade de fazer alguma coisa. E assim foi. O resto é conhecido. Durante a formação do II Governo Provisório fui de repente posta perante a hipótese de ser Ministra dos Assuntos Sociais. Aceitei e, depois do golpe do 11 de Março, deixei o Governo. As tensões que se haviam acumulado no Conselho de Ministros desembocaram em posições irredutíveis sobre as nacionalizações. Opus-me frontalmente às nacionalizações maciças - a minha experiência profissional levava-me a considerar a questão mais segundo as condições técnicas de cada sector e menos segundo uma qualquer ortodoxia ideológica. A tese que alguns de nós defendíamos não teve acolhimento - o 11 de Março pôs termo ao Programa de Política Social e Económica em que com tanto interesse participara. Fui assim, durante esse período, a primeira mulher a ser ministra no nosso país. Foi um facto aceite pela sociedade sem polémica, parte que era de um quadro de mudanças drásticas. Pode mesmo dizer-se que o esbater do dinamismo do período revolucionário vai de par com a gradual restauração do afastamento das mulheres de funções cimeiras na tomada de decisão política.

A euforia revolucionária foi tal que o problema da diferença entre homens e mulheres quase não se punha. Estávamos todos tão implicados numa mudança da sociedade, que queríamos radical, que a discriminação não se fazia sentir. Os factores que dominavam a interacção no Conselho de Ministros eram as posições fortemente ideológicas de alguns de nós e a autêntica dinâmica de grupo que se produzia como resultado de dezasseis pessoas com grandes responsabilidades trabalharem, à procura de consensos, duas vezes por semana, 8 a 14 horas.. Preocupada como estava em realizar a política social que, decorrendo do Programa do M.F.A, convergia nas experiências e nas tendências recentes do resto da Europa procurei que o Ministério dos

Assuntos Sociais, como "sede" da política social, intervisse nas questões que relevavam dos outros Ministérios. Pensava que o Ministério adquirisse assim um estatuto capaz de salvaguardar a autonomia das políticas sociais nos Governos seguintes. Embora fosse a única mulher naquele contexto, não tive nunca a noção de estar em minoria, nem de ser discriminada. O momento que vivíamos exigia a colaboração de todos e de todas e, para além das diferenças óbvias, havia uma grande solidariedade face ao momento que vivíamos.

H Espinosa

As coisas começaram a mudar no momento em que a Revolução se "acalmou", quando começaram a funcionar as estruturas da democracia representativa. Foi então que começaram a dividir-se as águas, que as lutas entre partidos se institucionalizaram, e a partir daí comecei a sentir um movimento de regresso ao esquema tradicional.

Fui convidada para representar o nosso país como delegada permanente junto da UNESCO, que/dada a grande atenção e aceitação que Portugal suscitava nessa altura na comunidade internacional, significava, em meu entender, uma plataforma decisiva para o trabalho de democracia e desenvolvimento que o 25 de Abril inaugurara. Essa convicção foi tão forte que me levou a recusar o convite do Primeiro-Ministro Mário Soares para integrar o I Governo Constitucional.

13

Aceitei, três anos depois, a chefia do V Governo Constitucional. O meu nome tinha sido ventilado já um ano antes e, enquanto permaneceu apenas como hipótese, não suscitou grande polémica. Quando, porém, as circunstâncias políticas começaram a conjugar-se para que eu exercesse a função de Primeira-Ministra, desencadeou-se na classe política e em vários órgãos de informação uma verdadeira "revolta" cuja análise, feita a frio muitos anos depois, permite perceber que continuam vivos, no fim do século XX, os fantasmas que na idade média conduziam a sociedade a exorcizar e a punir severamente as mulheres que ousavam ter uma palavra própria na cidade dos homens.

Não foi porém geral essa reacção: entre o povo português e numa parte significativa dos órgãos de informação não morrera ainda o gosto por gestos ousados. A aceitação popular de uma mulher como Primeira-Ministra é ainda hoje, um facto que me parece exemplar. Talvez o povo tivesse razão, talvez houvesse ali um outro caminho... Pela minha parte, estou convencida de que durante o V Governo inaugurei uma outra forma de governar. A estrutura governamental era diferente, definia grandes áreas de Governo e não havia compartimentação entre os Ministérios. Procurei implementar um princípio de acção decisória próxima das pessoas a quem a decisão dizia respeito. Esta presença das autoridades públicas para tomar decisões políticas de forma descentralizada, nos lugares onde os problemas estão vivos, foi depois amplamente desenvolvida,

e com grande simbolismo, por Mário Soares como Presidente da República. Uma actividade assim conduzida teve grandes repercussões em termos legislativos, em grande parte mercê da grande qualidade das pessoas que colaboraram comigo, ~~que se centraram rapidamente no essencial e que partilharam o mesmo dinamismo.~~ A publicação dos diplomas é sempre um processo muito lento, e por isso, tendo o Governo uma existência limitada, a legislação foi publicada quase no fim do mandato o que provocou uma reacção da direita de uma violência desmedida. Esse comportamento deixou-me perplexa dado que apenas procurara, ao regulamentar leis já aprovadas pela Assembleia, "arrumar a casa", como então disse... Seria a "afronta" que eu fizera a uma certa classe política pelo simples facto de ter tido a "ousadia" de ser Primeira-Ministra que desencadeava tanta animosidade e antagonismo por parte dos partidos no poder?

H 5

No início dos anos 80, comecei uma acção cívica orientada para o aprofundamento da democracia. Estimulei a criação de uma rede de mulheres com o objectivo de encorajar a tomada da palavra pelas mulheres e a sua participação em todos os aspectos da vida social. Contribuí para o aparecimento da Plataforma Inter-Grupos onde se cruzaram as mais diversas experiências da sociedade civil, desde cooperativas de produção até grupos de teatro, passando por uma grande diversidade de grupos ad-hoc que o desejo de participação cívica e a consciência dos numerosos problemas existentes no país tinham feito nascer ou renascer. Daí surgiu o Movimento para o Aprofundamento da Democracia, todo ele orientado para a prática e teoria de novas formas de democracia verdadeiramente participativa. Este trabalho desenrolou-se até 1985. Nessa altura já se estava em plena pré-campanha presidencial pois que havia decidido candidatar-me. Como é sabido, não passei à segunda volta.

5 - -

O período da candidatura (que se estendeu por cerca de ano e meio) aparece-me como um momento muito importante na consciência, em Portugal, da igualdade entre homens e mulheres. As pessoas que se empenharam nesta candidatura não tinham, à partida, nenhuma afinidade específica, a não ser uma vontade firme de realizar as promessas do 25 de Abril e uma grande abertura à modernidade. A sua atitude face a uma mulher que fora primeira-ministra revelava que não haviam tido necessidade de ultrapassar preconceitos ou tabús. Acreditavam que podiam depositar a sua confiança numa mulher. A meu ver, as forças que, inversamente, utilizaram os mecanismos democráticos para impossibilitar a eleição de uma mulher surgiram do fundo arcaico da sociedade, em profunda simbiose com estruturas rígidas e autoritárias de raiz marcadamente patriarcal.

1:1a

A partir da eleição de Mário Soares, em Janeiro de 1986, e da implantação do liberalismo no Governo, tornou-se óbvio que a sociedade portuguesa, na sua expressão política institucional, não tinha lugar para uma pessoa como eu. As circunstâncias levaram-me a aceitar diversas actividades

internacionais que me fizeram estar presente em numerosos projectos e em variados sectores. A última actuação que tive, a nível da política institucional, foi como parlamentar europeia, eleita enquanto independente, conduzindo a lista do Partido Socialista.



Poderá dizer-se que tive nos últimos 25 anos uma carreira política? Estou neste momento a presidir ao grupo de trabalho do Conselho da Europa sobre "Igualdade e Democracia". Nesse contexto tenho afirmado claramente que mais importante é que as mulheres introduzam hoje, na vida política, uma outra forma de olhar e viver as coisas. É isso que é verdadeiramente estimulante, porque estar na política e realizar essa actividade de forma idêntica à dos homens, não me parece um contributo que traga muito de novo para a solução dos problemas e para uma nova perspectiva social.

Fui a primeira engenheira numa empresa com 40.000 operários. Fui embaixadora numa altura em que as mulheres não tinham entrada na carreira diplomática. E tive actividades políticas quando, mesmo a nível mundial, isso não era comum. Sei o que fiz de diferente e em que medida isso foi difícil, e sei bem as consequências que isso teve. Mas sei também de que modo isso representou um novo momento na sociedade portuguesa. Por isso, é a partir de uma prática assumida ~~que acho que vale a pena~~ ~~criar novos patamares~~, novas formas para o pleno vigor da democracia. Precisamos com urgência de novas instituições democráticas que permitam tornar a democracia qualquer coisa de mais vivo, de mais próximo das pessoas.

Acho que as mulheres, mesmo aquelas de cuja posição discordo totalmente (Margareth Thatcher, por exemplo), têm uma característica muito importante, que é uma enorme perseverança. E aquilo que nelas parece idealismo, é, no fim, o seu desejo de prosseguir uma ideia até que ela se possa concretizar. Face à pergunta: "A sua vida é diferente ou não da dos seus colegas homens?", as parlamentares europeias, no período 87/89, responderam, sem equívoco: "Claro, trabalho muito mais". E vê-se isso no número de intervenções que fazem, nos relatórios que apresentam, nas perguntas que formulam, e até na assiduidade às várias comissões e ao trabalho contínuo do Parlamento. Mas também os seus centros de interesse são diferentes. As mulheres têm tendência a agarrar nos problemas que dizem imediatamente respeito à vida, à manutenção e à sobrevivência. Manifestam uma forma de reacção imediata, de preocupação menos pelo equilíbrio político, e mais pelas causas da vida, pela melhoria da vida das pessoas. A percentagem de mulheres que no Parlamento Europeu estão na Comissão da Saúde, na Comissão do Trabalho e Questões Sociais, e na Comissão de Cooperação e Desenvolvimento, indica claramente onde se centra essa preocupação.

Sei que muitas pessoas, e mesmo várias mulheres, tendem a considerar estas áreas como as áreas "soft", enquanto que, por exemplo, os Negócios Estrangeiros, a Justiça, a Defesa, a Economia, são consideradas como as áreas "hard". Considero que se trata duma visão muito distorcida da realidade. Essas áreas ditas duras, são aquelas cujos problemas podem hoje ser resolvidos mais facilmente, em que as causas e os efeitos estão à vista de toda a gente. Enquanto que as grandes questões sociais, as grandes questões de cooperação entre os povos, são questões muito mais difíceis e que não lograram ainda soluções adequadas. Por isso, acho muito importante consciencializar as mulheres de que nas profissões chamadas femininas, e por isso até hoje socialmente menos valorizadas, se encontra não só um potencial de satisfação das necessidades das outras pessoas, da vida social e da qualidade de vida, como um dos maiores dinamizadores da própria vida política.

Uma questão que se levanta sempre, em relação à actividade política das mulheres, é a da solidariedade com outras mulheres. Senti, e sinto, essa solidariedade a dois níveis: por um lado, a proximidade das mulheres, e em particular daquelas que se encontram em situações de maior vulnerabilidade; e, por outro lado, a solidariedade que algumas mulheres mais conscientes manifestam quando uma mulher assume o poder político. É um vasto e urgente campo de análise. Quando fui Primeira-Ministra tive a preocupação de convidar mulheres para integrarem o Governo: convidei uma mulher para a Justiça, e uma outra para as Finanças, convidei várias outras para secretárias de estado. Afinal, só a Teresa Santa Clara e a Gabriela Salgueiro aceitaram colaborar no V Governo. Nos dois últimos anos tenho presidido, <sup>a nível internacional</sup> ~~no plano mundial~~, a Comissão Independente de População e Qualidade de Vida. Aqui, pelo contrário, consegui o que foi uma estreia no plano mundial: igual número de homens e de mulheres na composição da Comissão. Mas tive ocasião de verificar, ao realizar os primeiros convites, até que ponto a invisibilidade das mulheres é ainda cerrada, de tal modo que só após muito esforço se consegue obter os nomes de mulheres cujo perfil e história as indicariam, sem hesitações, como a escolha certa para a função. Dá-se com as mulheres um fenómeno curioso: a não ser que façam um grande esforço para se manterem presentes na ribalta (o que repugna às mulheres que querem eliminar as expectativas da sociedade patriarcal), ficam, assim que cessam funções, como que entre parêntesis ou reduzidas à diluição em generalidades como "a presença do elemento feminino", expressão corrente nos meios de informação quando os partidos preparam listas e equipas. São aceites só temporariamente - dir-se-ia que a sua presença na vida política é ainda ressentida como uma presença intrusa.

É que as mulheres que estão presentes, enquanto mulheres, na vida política trazem sempre consigo uma certa perturbação ao sistema. São portadoras não de interesses mas de causas, as "causas da vida". No que me diz respeito,

as minhas causas têm sido a justiça social, a intervenção das mulheres na sociedade e a dimensão internacional de todas as questões. Apaixonam-me outras causas, a um outro nível, e que não são imediatamente aquelas que se tornam claras e imediatas na vida política. Interessa-me saber quais são as grandes razões que movimentam as pessoas ao nível do seu destino, como é que a dimensão transcendente da existência as projecta no futuro e as determina hoje na sua reflexão e nas suas opções. É que, para mim, a paz e a justiça são, ao mesmo tempo, tarefas nossas e dom de Deus.

Fundação Cuidar o Futuro